

## MUSEU DE ORLEANS: OS PRIMÓRDIOS DOS IMPACTOS DE SANTIAGO NO BRASIL

### Apresentação Oral

(...) o impacto de Santiago foi considerável, mas tardio. Até o início dos anos oitenta, ninguém falava em Santiago. Hugues de Varine

O presente resumo de comunicação oral tem o objetivo de analisar uma das primeiras experiências museais no Brasil influenciadas pelas recomendações da Mesa Redonda de Santiago no Chile: o Museu ao Ar livre da Orleans. A elaboração da proposta de criação do museu foi uma iniciativa do então SPHAN/Pró-memória, dirigido, na ocasião, pelo designer Aloísio Magalhães<sup>1</sup>. Atualmente, as recomendações de Santiago norteiam o trabalho de uma infinidade de museus e de profissionais ligados ao campo, no entanto, são poucas as pesquisas que examinam os fatores que contribuíram para o tardio impacto das considerações da mesa redonda (VARINE, 1995, p.18) e de como se deram as primeiras experiências brasileiras influenciadas pelo documento. Para compreender o processo de criação do primeiro museu voltado para uma experiência comunitária no Brasil, foi consultada no COPEDOC/IPHAN sede Brasília fotografias, jornais, revistas, artigos, enfim, uma vasta documentação relativa à fundação do Museu de Orleans. Também foram examinadas algumas publicações do MEC no ano de 1979, período marcado pelo início do processo de abertura política, que vai proporcionar as condições para o florescimento das primeiras experiências dos ideais de Santiago no país.

A década de 1970 – década da Mesa Redonda de Santiago - foi um período pródigo de instalação de ditaduras militares na América Latina. Em vários países do continente; como Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Bolívia, a população experimentou as nefastas consequências de regimes militares que promoviam a tortura, a perseguição política e o cerceamento da liberdade de expressão. Nesse sentido, não é difícil entender a epígrafe de Hugues de Varine sobre os efeitos e impactos tardios da Mesa Redonda de Santiago em 1972, especialmente na América Latina.

Dentro desse contexto ditatorial, como afirma Maria Célia Teixeira Moura dos Santos (2008, p. 81) era natural que o documento de Santiago permanecesse desconhecido ou na gaveta dos gabinetes das instituições de cultura do regime. Até a possibilidade do pedagogo Paulo Freire dirigir os trabalhos da Mesa Redonda em Santiago no Chile, então sob o Regime da Unidade popular, foi formalmente vedada pelo delegado brasileiro junto à UNESCO (VARINE, 1995, p.16).

Em 1972, ano em que ocorreu o Encontro em Santiago, o governo militar promovia as comemorações dos 150 anos da independência do Brasil. Havia toda uma articulação do governo militar na intenção de elaborar uma programação cultural voltada para o sesquicentenário da independência. O ‘ponto alto’ das comemorações da efeméride foi o traslado para o Brasil dos restos mortais de D. Pedro I que se encontravam em Portugal. Em 7 setembro de 1972, acompanhado por mais um milhão e meio de pessoas na avenida paulista<sup>2</sup>, os despojos de D. Pedro I foram transportados ao Museu do Ipiranga, sendo “saudado por estudantes e populares, e das janelas dos

---

<sup>1</sup> Aloísio Magalhães foi o terceiro Diretor do então SPHAN. Promoveu uma ampla reformulação institucional do órgão, abrindo possibilidades para o reconhecimento de expressões culturais que ultrapassavam as políticas patrimoniais que identificavam em obras de arte e edifícios barrocos, os símbolos da nação brasileira.

<sup>2</sup> Jornal do Brasil de 7 de setembro de 1972, p. 1

prédios, moradores deixavam cair papéis picados.”<sup>3</sup>.

Predominou nos anos de 1964 a 1980 a implantação memoriais homenageando os grandes vultos da nação. Mesmo com a tentativa de implantação de uma política museológica que trouxesse novas possibilidades para as ações museológicas no país a partir de 1975, com a realização do Encontro Nacional de Dirigentes de Museus em Recife, somente em 1980, inaugura-se um museu respaldado nas recomendações da Mesa Redonda de Santiago no Chile.

O museu de Orleans foi inaugurado em agosto de 1980, pela então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), dirigida por Aloísio Magalhães. Respaldo-se nas recomendações da Mesa Redonda de Santiago no Chile em 1972, Magalhães, afirmava que os museus deveriam participar de maneira crescente da vida das comunidades, importando nisso uma transformação profunda das atividades museológicas, o que significava uma revisão gradual das atividades de seus responsáveis (CNRC, 1981, p. 1). Essa revisão ia de encontro aos museus de vertente mais ‘tradicional’, o que possibilitaria, segundo o novo diretor do SPHAN/ Pró-memória,[...] incorporar a prática museológica a consciência de que devemos votar as populações que receberam um legado cultural, e que o reelaboram, uma atenção que considera o seu desenvolvimento social como a própria garantia de enriquecimento das expressões culturais (CNRC, 1981, p. 3).

Localizado em Santa Catarina, na cidade de Orleans, tinha o objetivo de “ser um registro vivo dos primeiros imigrantes que colonizaram o vale do Rio Tubarão” (MAGALHÃES, 1983, p. 3). Em parceria com os moradores da região, o SPHAN/Pró-memória desenvolveu e financiou o projeto dando total atenção para as tecnologias, produtos e ferramentas utilizados pelos habitantes da região. Ao longo de pouco mais de dois anos, foram desenvolvidas pesquisas na intenção de analisar os diversos aspectos da vida dos moradores da região (SPHAN/Pró-memória, 1980, p.3).

Segundo Aloísio Magalhães, essa nova abordagem que passava a ser adotada nas novas políticas relacionadas aos museus, pensava-os dentro de um processo global que não separa as condições do meio-ambiente daquela do fazer do homem (CNRC, 1981, p. 4). Dessa forma, não há um privilégio dos objetos, como é comum aos museus tradicionais, em detrimento das condições do espaço ecológico em que tal produto se encontra densamente inserido (CNRC, 1981, p.4). Nesse sentido, ao transferir a atenção dos objetos para os sujeitos e seu contexto cultural, o SPHAN/Pró-memória inaugurava novas possibilidades para as políticas museais brasileiras. Segundo Aloísio Magalhães, o Museu ao Ar Livre de Orleans era o primeiro do gênero na América Latina.

Essa inflexão nas políticas governamentais relacionadas aos museus, só foi possível pelo novo contexto social do país, que vivia um movimentado processo social em busca da redemocratização. A partir desse período, a tônica das políticas culturais do regime estariam pautadas no incentivo dos “estratos mais baixos da população” (PORTELA, 1979, p.3), imprimindo uma ação cultural voltada para o interesse da comunidade (CALABRE, 2009, p.95). Esse novo interesse do governo militar pela iniciativa comunitária tinha o objetivo de construir uma imagem do regime como o principal sujeito do processo de abertura política.

Portanto, analisar o processo de fundação do Museu ao Ar livre de Orleans, é necessariamente dar um primeiro passo na tentativa de compreender as primeiras experiências museais brasileiras que tentavam adotar as recomendações de Santiago.

## REFERÊNCIAS

<sup>3</sup> Jornal Folha de São Paulo de 7 de setembro de 1972, p. 1

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas 2009.

CNRC. **Formas de ser e viver também são bens culturais**. COPEDOC/ IPHAN, Brasília, 1981.

MAGALHÃES, Aloísio. Um museu vivo. **Jornal de Brasília**, Brasília, p. 3-4, 14-ago., 1983. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, 1983.

DE VARINE, Hugues. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Ed. Eça, 1987.

PORTELA, Eduardo. **Política de Educação e cultura**. Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 1979.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MinC, IPHAN, DEMU, 2008.

SPHAN/Pró-memória. **Museu ao ar livre de Orleans**. Vol.7, n. 7, jul – ago., 1980. COPEDOC/IPHAN, Brasília, 1980.